



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CARIRI

INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE SOCIEDADE, CULTURA E ARTES
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CEAD

Especialização em Educação Bilíngue de Surdos

na modalidade a distância

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Juazeiro do Norte/CE, outubro de 2024

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Santana

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

REITOR

Prof. Silvério de Paiva Freitas Júnior

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

Prof^a. Polliana de Luna Nunes Barreto

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PRAE)

Prof. Ledjane Lima Sobrinho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPI)

Prof. Claudener Souza Teixeira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO (PROEX)

Profa. Fabiana Aparecida Lazzarin

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

Prof. Tiago de Alencar Viana

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PROPLAN)

Prof. Juscelino Pereira Silva

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)

Prof. Mario Henrique Gomes Pacheco

PRÓ-REITORA DE CULTURA (PROCULT)

Profa. Aglaíze Damasceno Lev

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Prof.^a Dr.^a Ana Carmita Bezerra de Souza
Prof.^a Me. Érika Teodósio do Nascimento
Prof.^a Dr.^a. Miriam Royer
Prof. Me. Rômulo de Lima Sousa
Prof.^a Me. Sueli Fioramonte Trevisan
Prof. Me. Vinicius Rodrigues da Silva

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/CEAD

Diretor: Prof. Nilo Cesar Batista da Silva

ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA CEAD

Diretor Adjunto: Antonio Batista de Lima Filho

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Dados de Identificação do Curso

- ✓ **Curso Proposto:** Educação Bilíngue de Surdos
- ✓ **Quantitativo de vagas:** 150
- ✓ **Carga Horária:** 384
- ✓ **Nome e titulação do Coordenador (obrigatoriamente):** Mestre Sueli Fioramonte Trevisan
- ✓ **Público-alvo, com atenção à necessidade de pré-requisitos e nº mínimo e máximo de vagas:** Professores das Redes de Ensino Públicas estadual ou municipal (50%), Surdos (25%) e Comunidade Geral (10%), tradutores e intérpretes de Libras (15%). Todos deverão apresentar diploma de graduação em licenciatura ou bacharelado (qualquer graduação).
- ✓ **Certificação:** Especialista em Educação Bilíngue de Surdos

1.2. Fundamentação legal

NORMA	DESCRIÇÃO	DISPONÍVEL EM:
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	CF. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 26/08/2024.
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em: 26/08/2024.
Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.	Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm . Acesso em: 26/08/2024.
Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm . Acesso em: 26/08/2024.
Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. LDB.	LDB.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 26/08/2024.

<p>Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.</p>	<p>Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.</p>	<p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 26/08/2024.</p>
<p>Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.</p>	<p>Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>	<p>:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 26/08/2024.</p>
<p>Lei nº 12.826, de 5 de Junho de 2013.</p>	<p>Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências.</p>	<p>http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm. Acesso em: 26/08/2024.</p>
<p>Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.</p>	<p>PNE. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).</p>	<p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,PNE%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 26/08/2024</p>
<p>Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.</p>	<p>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</p>	<p>http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26/08/2024</p>
<p>Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.</p>	<p>Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.</p>	<p>https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461. Acesso em: 26/08/2024</p>
<p>Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015.</p>	<p>Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.</p>	<p>http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26/08/2024</p>

Parecer CNE/CP nº 03/2004, de 10 de março de 2004.	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf . Acesso em: 26/08/2024
Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016.	Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195 Acesso em: 26/08/2024
Portaria nº 220, de 16 de setembro de 2019.	Integra as Instituições Públicas de Ensino Superior ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dá outras providências.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-220-de-16-de-setembro-de-2019-217040248 . Acesso em: 26/08/2024
Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017.	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017.	http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2017-pdf/66441-pn-11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf/file Acesso em: 26/08/2024
Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância	MEC - Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância	http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf Acesso em: 26/08/2024
Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018.	Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.	http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file . Acesso em: 26/08/2024
Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004.	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf . Acesso em: 26/08/2024
Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012.	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&Itemid=30192 . Acesso em: 26/08/2024

Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012.	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 26/08/2024
Resolução nº 04/CONSUP, de 13 de janeiro de 2017.	Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA.	https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2022/11/Regulam.-dos-Cursos-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-Atualizado-at%C3%A9-a-Res.-107-2022-CONSUNI.-1.pdf Acesso em: 26/08/2024
Resolução nº 1, de 11 de março de 2016.	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21393466/do1-2016-03-14-resolucao-n-1-de-11-de-marco-de-2016-21393306 . Acesso em: 26/08/2024
Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acessado em: 26/08/2024
Lei nº. 10.436 de 24 de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acessado em: 26/08/2024
Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acessado em: 26/08/2024
Lei Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021	Altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre modalidade de educação bilíngue de surdos.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm Acessado em: 26/08/2024

Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023	Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm Acesso em: 09/09/2024
---	--	--

2. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Cariri (UFCA) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, sediada no Estado do Ceará, Brasil. Foi criada pela Lei nº 12.826, de 05 de junho de 2013, a partir de um desmembramento da Universidade Federal do Ceará (UFC).

A UFCA é composta por cinco Campi: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Icó e Brejo Santo; e por 7 Unidades Acadêmicas:

- Campus de Juazeiro do Norte: Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes (IISCA), constituído pelos cursos de graduação em: Design, Filosofia, Jornalismo, Música e Letras-Libras; Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), constituído pelos cursos de graduação em Administração, Administração Pública, Biblioteconomia e Ciências Contábeis; Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), constituído pelos cursos de graduação em Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Ciência da Computação e Matemática Computacional;
- Campus de Barbalha: Faculdade de Medicina (FAMED), constituído pelo curso de graduação em Medicina;
- Campus do Crato: Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade (CCAB), com os cursos de graduação em Agronomia e Medicina Veterinária;
- Campus de Brejo Santo: Instituto de Formação de Educadores (IFE) com o curso Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, Biologia, Física, Química, Matemática e Pedagogia;
- Campus de Icó: Centro de Educação a Distância.
- No âmbito da pós-graduação, a UFCA é constituída atualmente pelos cursos de especialização em Metafísica e Epistemologia, mestrados em Biblioteconomia, Matemática, Desenvolvimento Regional Sustentável, Ciências da Saúde, Bioquímica e Biologia Molecular e um doutorado em Bioquímica e Biologia Molecular.

A instituição baseia suas ações em quatro pilares: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura e tem como objetivo maior promover a inclusão social e o desenvolvimento regional. No que diz respeito ao

contexto local, onde se localiza a UFCA, é dada ênfase à saída dos estereótipos da carência, à escuta sensível dos potenciais abafados e à valorização da criatividade, que vise à busca de caminhos de desenvolvimento originais e duráveis. E no que diz respeito ao contexto global o intuito é olhar além das disciplinas que compõem o *corpus* de atuação do IISCA, com uma visão interdisciplinar e cooperativa.

O Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes (IISCA), ao qual este curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos está vinculado, foi criado através da Resolução CONSUP nº 11, de 23 abril de 2014, com o propósito de dialogar e interpretar os contextos local e global do fazer acadêmico através de aproximações disciplinares que vão além das clássicas áreas temáticas da Capes.

O curso de Licenciatura em Letras-Libras foi criado em 2016 e implantado em 2019 no IISCA com o objetivo de: a) Formar profissionais de Letras, qualificados e comprometidos com o ensino de Libras; b) Dominar o uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais; c) Formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, nos contextos oral e escrito; d) Formar licenciados em Letras, que tenham o trabalho pedagógico como norte da sua formação, numa perspectiva de ensino e aprendizagem dialético e dialógico; e) Proporcionar uma formação docente, em que as dimensões teóricas e práticas do conhecimento estejam associadas; f) Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão como formas de conhecimento e intervenção na realidade social; g) Realizar um trabalho interdisciplinar que permita uma visão ampla dos Programas de Aprendizagens e dos conhecimentos das áreas de Letras - Libras; h) Garantir flexibilidade curricular e estratégias de autoavaliação constantes em relação à proposta pedagógica; i) Contribuir com a elaboração de competências na práxis pedagógica; j) Colaborar com o desenvolvimento de autonomia e competência no processo autoformativo enquanto docente; k) Garantir uma aprendizagem cooperativa; l) Ampliar o domínio das múltiplas linguagens da comunicação, sobretudo de Libras; m) Realizar a transposição didática ao propor alternativas para ação docente diante dos desafios postos pela Educação Básica.

3. JUSTIFICATIVA

De acordo com Silva (2020), a escola regular não tem se mostrado inclusiva à diferença surda, assim como não tem se mostrado inclusiva para outras diferenças. A partir de uma visão conservadora, as práticas pedagógicas buscam normalizar as pessoas surdas. O direito dessas pessoas à educação com base em suas singularidades culturais tem sido negligenciado (SILVA, 2020). Segundo Dorziat (2009, p.

68):

Enquanto apenas o direito ao ingresso no sistema escolar constituir a solução para a exclusão, o verdadeiro sentido de direito à educação, respaldado no conceito de processo pedagógico significativo, justo, participativo e engajado culturalmente, estará distante de ser contemplado. (Dorziat, 2009, p. 68)

Para que a escola considere a diferença surda e dê o protagonismo que as pessoas surdas realmente requerem para um processo educacional qualificado, a língua de sinais precisa ser base para a construção curricular. Contudo, ela não pode ocupar o papel apenas de instrumento metodológico (DORZIAT, 2016), deve ser encarada em todas as práticas pedagógicas como uma língua imbuída de sentidos e significados culturais para as pessoas surdas.

Historicamente essa língua tem sido alijada dos processos educacionais, de diferentes formas. Com o oralismo ela era totalmente excluída da educação das pessoas surdas; com a comunicação total ela era subestimada em detrimento de uma comunicação simplificada e, atualmente, com a política de inclusão que se intitula bilíngue, ela é inserida, porém, ainda, apartada de processos educacionais culturalmente engajados, que tenham significados reais para as pessoas surdas, a partir da sua cultura. De acordo com Silva (2020, p. 86),

[...] nas últimas décadas, com o fortalecimento das comunidades surdas e a constatação de que a língua de sinais é uma língua de fato e, como tal, uma importante ferramenta de desenvolvimento das pessoas surdas, ela tem tido uma aceitação maior por parte da sociedade, da educação e da escola. No entanto, talvez como consequência dos primeiros passos do efusivo discurso acerca da inclusão no século XXI, ela ainda seja muito mais admirada pela escola do que incorporada de fato em seu currículo e em suas práticas pedagógicas. Provavelmente porque a escola, por meio de seu currículo, tem ficado presa à ideia de inclusão descolada das concepções de educação de forma mais ampla, desconsiderando a perspectiva de alteridade para a construção de uma educação inclusiva, de uma educação para as diferenças. (Silva, 2020, p. 86).

Uma educação verdadeiramente inclusiva requer considerar a língua de sinais como constituinte da educação dos surdos, como primeira língua, e língua fonte de conhecimentos, desconstruindo assim a pecha de que ela é um recurso didático utilizado por terceiros (intérpretes de Libras) para a educação de qualidade que as pessoas surdas requerem. Segundo Silva (2020, p. 86):

A pouca e/ou inexistente formação docente para atuar com as idiosincrasias dos diferentes grupos sociais, entre eles os das pessoas surdas, o que explica a ausência da Libras na grade curricular e a desconsideração da cultura surda em sua amplitude e complexidade, asseguram esse discurso. (Silva, 2020, p. 86).

Nesse sentido, o Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos é uma proposta de formação continuada a professores/as que objetiva desconstruir concepções engessadas acerca dos/as alunos/as surdos/as e construir novos discursos, tornando a cultura surda, a língua de sinais e o currículo

para as diferenças pilares de práticas pedagógicas inclusivas.

O Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos está em consonância com os avanços que a educação bilíngue tem alcançado no Brasil. Como fruto da luta da comunidade surda brasileira, o país aprovou em 2021 a Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Nessa lei, a educação bilíngue de surdos é reconhecida como modalidade educacional, ampliando as possibilidades pedagógicas para as pessoas surdas, que até então encontravam muitas barreiras para a criação de escolas bilíngues, tendo em vista a força da política de educação dita inclusiva.

Esse aspecto é importante, mas consideramos que a proposta desse curso surge também como parte do engajamento da Universidade Federal do Cariri (UFCA) em contribuir com a formação de profissionais da educação, considerando que a educação bilíngue de surdos/às precisa ser disseminada como conhecimento acadêmico e aplicada nos processos didático-pedagógicos. Os conhecimentos adquiridos nesse curso poderão servir como base para uma educação mais inclusiva para as pessoas surdas, na qual elas sejam vistas, respeitadas e valorizadas em suas diferenças, por meio do bilinguismo. Ademais, promoverá o desenvolvimento regional, com uma formação docente qualificada para o ensino de pessoas surdas, além de ser um mecanismo de aprofundamento de conhecimentos e aperfeiçoamento do ensino superior por meio da pós-graduação.

É preciso destacar que a Universidade Federal do Cariri (UFCA) tem se destacado na área da educação de pessoas surdas, por já possuir um curso de licenciatura em Letras-Libras, por ter ofertado um curso de especialização em Tradução e Interpretação de Libras, e três cursos de formação continuada de professores bilíngues de surdos. A instituição possui um corpo docente qualificado com formação específica nas áreas de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Linguística, Educação Bilíngue e Tradução e Interpretação. O colegiado do curso de Letras-Libras engajado com a comunidade surda e com a formação docente busca criar este curso de especialização com o intuito de fortalecer a formação continuada de professores/as na região do Cariri, no estado do Ceará e em estados da região circunvizinha.

A implantação do Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos trará benefícios acadêmicos, sociais, culturais e linguísticos para os/as profissionais que dele participarem. A região do Cariri, o Estado do Ceará e os estados circunvizinhos terão um importante instrumento formativo para os seus/suas profissionais da educação, promovendo, assim, o desenvolvimento regional e tornando a educação mais inclusiva.

4. A PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPI)

5. O CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

O Centro de Educação a Distância - CEAD foi criado pela Resolução CONSUNI nº 64, de 24 de fevereiro de 2022. É um órgão Suplementar da UFCA, ligado à Reitoria, com a finalidade de coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico, exercidas mediante ações na modalidade de Educação a Distância – EaD na Universidade Federal do Cariri.

6. MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS

Em plena consonância com as finalidades da educação superior definidas no Art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996), a UFCA baseia suas ações em quatro pilares: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura, acrescentando a dimensão cultural ao modelo mais tradicional de atuação acadêmica adotado pelas Instituições de Educação Superior Brasileiras.

É missão da UFCA: Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável.

É visão da UFCA: Ser uma universidade de excelência em educação para a sustentabilidade por meio de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

São princípios norteadores da UFCA:

- Aprofundamento da relação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura;
- Equilíbrio no tratamento das dimensões regional e universal;
- Fortalecimento da integração entre a Universidade e a Escola Pública;
- Manutenção do espírito da autonomia universitária e da crítica social;
- Otimização dos processos e fluxos administrativos institucionais;
- Preservação do meio ambiente e construção de espaços sustentáveis de convivência;
- Promoção contínua da inserção da UFCA na sociedade;
- Reconhecimento das atividades artísticas, culturais e esportivas como fundamentais para a formação da comunidade universitária;
- Respeito às diferenças de gênero, orientação sexual, raça/etnia e credo religioso;
- Tratamento isonômico entre estudantes e servidores;
- Valorização do princípio da gratuidade nas ações da universidade.

São valores da UFCA:

- Priorizar o estudante;
- Respeitar e valorizar a diversidade;
- Cultivar um ambiente saudável e valorizar as pessoas;
- Primar por uma gestão participativa, ética e transparente;
- Ser parte da comunidade e valorizar a cultura regional;
- Comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade;
- Buscar a inovação administrativa e acadêmica.

7. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

Contextualização do funcionamento (sede) do curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos da UFCA (Município de Icó-CE): É importante ressaltar a importância histórica de Icó. A povoação da Ribeira dos Icó foi elevada a vila em 1738, considerada a terceira vila do Ceará, logo após Aquiraz e Fortaleza. Em 1842, foi elevada por decreto imperial à categoria de cidade. Devido a sua importância econômica, no centro-sul do Ceará o Icó foi uma das cidades que tiveram projetos urbanísticos planejados pela corte de Lisboa. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó, atualmente tombado pelo Iphan em 1998, é considerado o melhor da arquitetura tradicional registrada na região do Ceará. Este patrimônio concentra-se em suas principais ruas, onde estão os bens de maior relevância e o traçado urbanístico imposto pelas normas da Coroa Portuguesa, no século XVIII. Como toda a arquitetura tradicional produzida na antiga Província do Ceará, a de Icó também prima pela simplicidade e despojamento.

Considerando a extensa massa territorial da região Centro Sul do Ceará, a cidade de Icó está localizada geograficamente no espaço estratégico que faz fronteiras com vários municípios, tais como Orós, Iguatu, Cedro, Lavras da Mangabeira, Ipaumirim, Baixio, Umari, Várzea Alegre, Jaguaribe, além de outras várias cidades divisas com o Estado de Rio Grande do Norte e Paraíba. Isso significa que a Universidade Federal do Cariri inicialmente poderá potencializar o desenvolvimento social e econômico para um contingente populacional de aproximadamente 347.645 habitantes.

Portanto, o município do Centro de Educação a Distância do Curso de Especialização de Educação Bilíngue de Surdos da UFCA se localiza no Campus da UFCA, na cidade de Icó-CE. Município que se localiza na Mesorregião Centro Sul e Microrregião Iguatu.

Figura 1: Patrimônio Histórico e Cultural – Icó - Ce.



Fonte: Imagem da Internet

Municípios limítrofes do polo presencial (Icó): Cedro, Iguatu, Jaguaribe, Lavras da Mangabeira, Orós, Pereiro, Umari (e os dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba). O polo fica distante da capital Fortaleza, 361,4 km.

Figura 2: Localização no Mapa do Ceará – Icó - Ce.



Fonte: Imagem da Internet

A partir dessas considerações, propõe-se este Curso de Educação Bilíngue de Surdos, na modalidade EaD, objetivando proporcionar aos egressos uma formação sólida e necessária para o bom desenvolvimento dos conhecimentos em Educação Bilíngue de Surdos, melhorando a qualidade da educação dos surdos na região e promovendo melhor qualificação de professores para a verdadeira inclusão dos surdos com base na língua de sinais como língua de instrução.

O curso de pós-graduação terá suas atividades administrativas e acadêmicas

ligadas ao Centro de Educação a Distância (CEAD) e ao Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes (IISCA).

Figura 3: Centro de Educação a Distância (CEAD) –



Icó/CE.

Fonte: Projeto IESA – EAD 2021

8. INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFCA

Para este projeto pedagógico para o curso de pós-graduação em Educação Bilíngue de Surdos (EAD), estão previstas inicialmente 100 (cem) vagas anuais distribuídas em 5 (cinco) polos: Brejo Santo, Crato, Icó, Maracanaú, Mauriti.

9. CONCEPÇÃO DESTE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

9.1. Diretrizes metodológicas para formação do curso

O curso de Educação Bilíngue de Surdos, modalidade a distância, terá a duração de 18 meses. A organização curricular do curso propõe assegurar uma continuidade formativa relacionando conhecimentos específicos por meio de uma metodologia voltada ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa. O curso propõe criar circunstâncias que levem o aluno à consciência de sua atuação social e, neste sentido, a formação profissional compreende, também, uma dimensão política que responda às questões atuais do

reconhecimento das diferenças culturais das pessoas surdas. Desse modo é importante pontuar que os componentes curriculares foram organizados com base na experiência educacional bilíngue e bicultural das pessoas surdas.

Os conhecimentos serão construídos na modalidade a distância, de modo a se alcançar os objetivos propostos para o curso. Trabalhos individuais e em equipe e outras metodologias também serão empregados para possibilitar a construção do conhecimento, a aquisição de novos valores e a apropriação dos objetivos previstos pelo curso.

A plataforma utilizada para as atividades será a plataforma *moodle*.

O curso está estruturado na modalidade 100% da carga horária a distância.

Aulas síncronas poderão ocorrer por meio de plataformas digitais em dias determinados pela coordenação do curso.

Considerando a pluralidade metodológica e a natureza multi-estruturada do processo de ensino e aprendizagem, a aferição de conhecimentos fará uso de instrumentos que oportunizem a manifestação de competências e habilidades variadas. Considera-se que a avaliação deve fornecer diagnóstico não só sobre o resultado, mas também sobre o próprio processo, munindo o professor e o aluno de informações que instiguem o constante questionamento, a análise crítica e a aplicação de ações de redirecionamento e aperfeiçoamento. Assim, entende-se a avaliação como parte do processo formativo e não como um fim em si mesmo.

O curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos caracteriza-se por um ensino bilíngue no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a presença da Libras e da Língua Portuguesa nas aulas como primeira e segunda línguas, respectivamente, para discentes surdos, prioritariamente.

A avaliação do desempenho acadêmico do discente compreenderá o desempenho nos componentes curriculares.

A avaliação dos componentes curriculares será realizada mediante verificações de aprendizagens, as quais receberão nota com valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez), classificadas em duas notas (AV1 e AV2). O resultado mínimo para aprovação em um componente curricular é 7,0 (sete). Ao final de cada componente curricular, será feito um registro final do desempenho do aluno no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Os resultados das avaliações serão publicados até 30 (trinta) dias após sua realização.

O diploma de Especialista em Educação Bilíngue de Surdos será concedido ao aluno que tiver aprovação em todos os componentes curriculares.

9.2. Concepção pedagógica do curso

A concepção e a organização curricular serão permeadas pelos seguintes princípios:

Criticidade: condições de analisar o movimento conjuntural da sociedade, perceber as suas contradições e posicionar-se diante delas.

Pluralidade: abordagem de questões sobre diversos enfoques, considerando o avanço científico e tecnológico como possibilidade de amplo debate e caminho para desenvolver o conhecimento.

Interação: compartilhar experiências e conhecimentos existentes, ampliando o intercâmbio com outros segmentos da comunidade, especialmente relacionados às questões da inclusão social de surdos.

9.2.1. Objetivo geral

- Adquirir conhecimentos teórico-metodológicos sobre a educação bilíngue de surdos.

9.2.2. Objetivos específicos

- Discutir os paradigmas sócio históricos do bilinguismo e suas políticas públicas;
- Compreender os aspectos culturais das pessoas surdas;
- Analisar teorias e práticas pedagógicas da educação de surdos na perspectiva bilíngue;
- Desenvolver pesquisas na área de educação de surdos considerando seus aspectos políticos, linguísticos, culturais e pedagógicos.

9.2.3. Atividades didático-pedagógicas

As atividades didático-pedagógicas do curso serão a distância, desenvolvendo-se a partir da estrutura curricular, ou seja:

Atividades virtuais: estudos realizados sem a presença da equipe de tutores,

efetuados individualmente ou em grupo no AVA. Durante a realização destes estudos, em horários previamente fixados em calendários semanais, os professores e tutores estarão disponíveis para responder questões, tirar dúvidas, ou mesmo orientar alunos via telefone, e-mail e no AVA.

Na metodologia EaD proposta, as ações executadas pelos docentes estão atreladas aos programas de formação docente, a saber:

Formação em EaD: formação intensiva direcionada às especificidades da educação a distância, contemplando aspectos do seu aprofundamento teórico, mediação pedagógica virtual e elaboração do material didático.

Formação técnica: orientações técnicas sobre as ferramentas do AVA (plataforma Moodle) para desenvolvimento de atividades de EaD.

9.3. Organização curricular

O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e temáticas centrais da área do Bilinguismo e o módulo específico apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos deste curso.

A carga horária do curso é de 384 horas, cuja matriz está organizada em dois módulos: básico e específico.

A organização curricular deste curso parte do princípio que o itinerário formativo deve contemplar e possibilitar a articulação com outros cursos e programas na área de formação do estudante, conforme o perfil do egresso buscado, configurando-se numa trajetória educacional consistente e programada.

9.3.1. Módulo Básico

O módulo básico é composto por quatro disciplinas/atividades de **32** horas, perfazendo um total de **128** horas:

Ord.	DISCIPLINAS	C. H.
1	Introdução à EAD	32

2	Metodologia do Trabalho Científico	32
3	Língua Brasileira de Sinais: Língua e Cultura	32
4	Educação Bilíngue e Bicultural	32
–	TOTAL DE HORAS	128

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2024

9.3.2. Módulo Específico

O módulo específico em Educação Bilíngue de Surdos é composto por oito disciplinas de **32** horas, perfazendo um total de **320** horas:

Quadro 5: Módulo Específico

ORD.	DISCIPLINAS/ATIVIDADES	C. H.
5	Estudos Surdos em Educação	32
6	História da Educação de Surdos	32
7	Introdução à Escrita de Sinais	32
8	Políticas Bilíngues de Surdos	32
9	Aquisição de Língua de Sinais	32
10	Língua Portuguesa como segunda língua para surdos	32
11	Currículo, Didática e Pedagogia Surda	32
12	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	32
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	256

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2024

9.3.3. Ementário

EMENTÁRIO DO MÓDULO BÁSICO

Unidade Acadêmica Responsável:				Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes				
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Introdução à Educação a Distância				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:				
1º				Semestral/Modular				
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:				
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	2	Total:	32 h	Teórica:	32 h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem (AVA): estratégias de interação. Metodologias Digitais. Acessibilidade no Ambiente Virtual e Digital.								
OBJETIVOS:								
Compreender o conceito de EaD como modalidade de ensino, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo; Ambientação na Plataforma Moodle; Participar de uma comunidade virtual de aprendizagem; Conhecer as regras de convivência para participação em comunidades virtuais e as ferramentas de comunicação: emoticons, netiqueta, clareza, citações e diretrizes de feedback; Participar de atividades de ambientação no Moodle e experimentar seus recursos e ferramentas como forma de viabilizar sua participação como aluno virtual em disciplinas posteriores do seu Curso Virtual.								
REFERÊNCIAS BÁSICAS:								
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS, 2010.								
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:								
LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte . São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009. MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem . São Paulo: Saraiva, 2015. MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2011. SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação . Salvador: UNEB/EAD, 2010. SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e								

ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Unidade Acadêmica Responsável:				Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes				
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Metodologia do Trabalho Científico				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:				
1º		Não tem		Semestral/Modular				
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:				
Não tem		Não tem		Não tem				
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
Produção científica na universidade. Orientação para a produção e interpretação de textos acadêmicos em Português e em Libras. Noções sobre métodos e conhecimento. Normas da ABNT: regras de formatação para trabalhos acadêmicos. Orientações para formatação de trabalhos acadêmicos em português e em Libras (gravados em formato de vídeo).								
OBJETIVO:								
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Refletir e discutir perspectivas teóricas e metodológicas das Ciências Humanas, especificamente no campo das Letras; ▪ Aprender a produzir diferentes textos acadêmicos, com foco no Trabalho Final do curso; ▪ Desenvolver e formatar trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). 								
REFERÊNCIAS BÁSICAS:								
BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.								
COSTA, M. V. (Org.). Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.								
DENZIN; N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.								
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:								
CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 18ª Ed. Campinas: Papyrus, 2007.								
COSTA, M. V. (Org.). Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.								
FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.								

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAVILLE, C.; DIONNE, J.; SIMAN, L. M. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

MEYER, D. E. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MOTTA ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

WITTER, G. P. **Textos complementares à metodologia científica. Informação & Informação**. [S.l.]. v. 4, n. 1, p. 59-61, jul. 1999.

Unidade Acadêmica Responsável:				Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina			
Língua Brasileira de Sinais: Língua e Cultura				Caráter:		Obrigatória			
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:					
1º		Não tem		Semestral/Modular					
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:					
Não tem		Não tem		Não tem					
CARGA HORÁRIA									
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	16h	Prática:	16h	Extensão:	
EMENTA:									
Expressão visual e espacial para comunicação através da Língua Brasileira de Sinais. Introdução ao léxico, fonologia, morfologia e sintaxe da Língua Brasileira de Sinais.									
OBJETIVO:									
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferenciar os movimentos corporais e faciais na Libras em relação a gestos, pantomimas e mímicas; ▪ Conhecer a formação do signo linguístico na língua de sinais, considerando os seus parâmetros; ▪ Socializar o vocabulário da Libras, contribuindo para a aprendizagem e comunicação do aluno nessa língua; ▪ Conhecer os espaços onde ocorrem os encontros das pessoas surdas, promovendo uma comunicação entre estes e os alunos. 									
REFERÊNCIAS BÁSICAS:									
GESSER, Audrei. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.									

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R.M. de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto alegre: Artmed, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CAMPELO, Ana Regina et al. **LIBRAS fundamental: Livro didático de Língua Brasileira de Sinais para crianças e adultos, surdos ou ouvintes**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: LSB vídeo, 2008.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais**. 3ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008. LABORIT, E. **O vôo da Gaivota**. Best Seller, 1994.

FERREIRA, BRITO, L. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, R.M.de. **Educação de Surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SACKS, O. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Unidade Acadêmica Responsável:		Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Educação Bilíngue e Bicultural				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
2º		Não tem		Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
Não tem		Não tem		Não tem			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	2	Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Conceitos de bilinguismo, biculturalismo e educação bilíngue. Aspectos psicolinguísticos e neurolinguísticos no ser bilíngue. Educação bilíngue para surdos no Brasil: estrutura, legislação, currículo e práticas pedagógicas. A língua de sinais e a língua portuguesa na escolarização de surdos.							
OBJETIVO:							
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer as bases psicolinguística, neurolinguística, filosófica e sociológica do Bilinguismo; ▪ Compreender a especificidade da prática pedagógica bilíngue voltada a pessoas surdas; ▪ Conhecer as bases psicolinguísticas e neurolinguísticas no ser bilíngue; ▪ Refletir sobre as práticas de ensino de Libras (L1) e Português escrito (L2); ▪ Traçar um panorama das políticas linguísticas bilíngues para surdos no Brasil. 							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
FERNANDES, E. Surdez e bilinguismo . Porto Alegre: Mediação, 2010.							
LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. Leitura e escrita no contexto da diversidade . 2ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.							
QUADROS, R. M. . Educação de surdos: a aquisição da linguagem . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
BRASIL. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa . Brasília, DF, MEC/SECADI, 2014.							
CEARÁ. Secretaria de Educação. Experiências exitosas em educação bilíngue para surdos . CARDINS, G. N. G.; NASCIMENTO, J. B. M. (Orgs.). Fortaleza: SEDUC, 2011.							

DORZIAT, A. Bilinguismo e surdez: para além de uma visão linguística e metodológica. In: SKLIAR, C. **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999. p. 27-40.

FERNANDES, S. Letramentos na educação bilíngüe para surdos: caminhos para a prática pedagógica. In: FERNANDES, M. C. L.; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G. (Org.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH, 2008, v. p. 1-30.

FERNANDES, S.; MOREIRA, C. L. **Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos**. Revista Educação Especial, v. 22, n. 34. maio/ago. 2009.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial, n. 2, p. 51-69, 2014.

KARNOPP, L. B.; MÜLLER, J. I. Transgressões na educação escolar bilíngue de surdos. In: SARAIVA K.; GUIZZO, B. S. (Org.). **Educação em um mundo em tensão: insurgências, transgressões, sujeições**. Canoas: Ed. ULBRA, 2017, p. 45-64.

KYLE, J. O ambiente bilíngüe: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilingüismo para surdos. In: SKLIAR, C. **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999. p. 15-26.

LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. **Leitura e escrita no contexto da diversidade**. 2ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

NOBRE, A. P. M. C.; HODGES, L. V. S. D. A relação bilinguismo–cognição no processo de alfabetização e letramento. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 3, p. 180-191, 2010.

ORLANDI, E. P. **Política linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

SACANDIUZZI, P. P. **Educação indígena x educação escolar indígena**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

EMENTÁRIO DO MÓDULO ESPECÍFICO

Unidade Acadêmica Responsável:				Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes				
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Estudos Surdos em Educação				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:				
1º		Não tem		Semestral/Modular				
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:				
Não tem		Não tem						
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:		Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
Bases teórico-epistemológicas dos Estudos Surdos. Estudos Surdos na interface com os Estudos Culturais. Conceitos de cultura, identidade, diferença, alteridade, subjetividade, hibridismo, relações de poder, interseccionalidades. Cultura e identidades surdas: fatores teóricos. Artefatos culturais								

surdos. Identificações e locais das identidades: família, escola, associação, etc.

OBJETIVO:

- Conhecer as bases teórico-epistemológicas dos Estudos Surdos na interface com os Estudos Culturais da Educação, por meio de conceitos de cultura, identidade, diferença, alteridade, subjetividade, hibridismo, relações de poder, etc.;
- Relacionar o campo dos Estudos Surdos com o campo dos Estudos Culturais, considerando as interseccionalidades (diferença surda-gênero/relações étnico-raciais/sexualidade/deficiências associadas, entre outras;
- Identificar características da cultura e das identidades surdas, fazendo contrapontos entre abordagem oralista e socioantropológica;
- Explicitar o processo de organização política e de criação de entidades representativas dos sujeitos surdos;
- Conhecer os artefatos culturais que os surdos registraram ao longo da história a partir da sua experiência visual.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MATTELART, A.; NEVEU, É. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

QUADROS, R. M. (Org.). **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 71-92, 2014.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. M. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23. p. 36-61, 2003.

CROMACK, E. M. P. C. **Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2004, vol.24, n.4, pp. 68-77.

DORZIAT, A.; MORAIS, M. M.; CARVALHO, L. S. M.; ROMÁRIO, L. Estudos culturais e estudos surdos: aproximações conceituais. In: GONÇALVES, C. C.; ANDRADE, F. C. B. (Org.). **Pelas frestas: pesquisas em estudos culturais da educação**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2019, p. 31-50.

HALL, S. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOFFMEISTER, R. J. Famílias, crianças surdas, o mundo dos surdos e os profissionais da audiologia. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos**. v. 2, Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 113-130.

KLEIN, M.; FORMOZO, D. Gênero e surdez. **Reflexão e Ação**, v. 15, p. 100-112, 2007.

KLEIN, M.; LUNARDI, M. L. **Surdez: um território de fronteiras**. *ETD: Educação Temática Digital*. 01 Jan. 2006. v.7(2), pp.14-23.

LARAIA, R. de B. **Cultura um conceito antropológico**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Tradução de Semíramis Gorini da Veiga. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PERLIN, G. Identidade Surda e Currículo. In: LACERDA, Cristina B. F.; GÓES, Maria C. R. (Orgs.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Editora Lovise, 2000. p. 23-28.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 51-74.

PERLIN, G.; MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 05, p. 217-226, 2003.

SÁ, N. R. L. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, O. W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, J. L. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 2006 (Primeiros Passos), 1ª Ed. 1983.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVEIRA, C. H. Representações de surdos/as em matérias de jornais e revistas. **Educação: Revista do Centro de Educação UFSM**, v. 33, n. 1, p.175-194, 2008.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org.). **Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação**. Canoas: Ed. ULBRA, 2005.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças** (Org.). 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 7-32.

SKLIAR, C.; LUNARDI, M. L. Estudos Surdos e Estudos Culturais em Educação: um debate entre professores ouvintes e surdos sobre currículo escolar. In: LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. (Orgs.). **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Editora Lovise, 2000. p. 11-22.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

THOMA, A. S.; KLEIN, M. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação (UFPEL)**, Pelotas, v. 36, p. 107-131, maio/ago. 2010.

Unidade Acadêmica Responsável:				Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes				
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
História da Educação de Surdos				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:				
1º		Não tem		Semestral/Modular				
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:				
Não tem		Não tem		Não tem				
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:		Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
História das pessoas surdas: aspectos clínico, socioantropológico e educacional. O impacto do Congresso de Milão na educação de surdos. Mitos em relação às pessoas surdas e às línguas de sinais. Abordagens educacionais na educação de surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.								
OBJETIVO:								
<ul style="list-style-type: none"> Promover uma visão geral sobre a situação da surdez e dos surdos, da idade antiga à pós-modernidade, enfocando acontecimentos, bases filosóficas e linguísticas; 								

- Explicar a origem dos mitos sobre as pessoas surdas e as línguas de sinais e, por conseguinte, suas consequências no contexto socioeducacional dos surdos;
- Conhecer e analisar criticamente as abordagens educacionais na escolarização das pessoas surdas a partir dos prismas histórico, sociológico, psicológico, antropológico e linguístico;
- Construir uma consciência crítica no aluno sobre as singularidades e potencialidades das pessoas surdas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista.** São Paulo: Plexus, 1997.

SKLIAR, C. (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRITO, L. **Integração Social e Educação de Surdos.** Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993. DORZIAT, Educação de surdos em tempos de inclusão. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 52, p. 351-36 maio/ago. 2015.

DORZIAT, A. Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, Campinas, v. 1, n.108, p. 183-198, 1999.

LABORIT, E. **O Vôo da Gaivota.** Best Seller, 1994.

LACERDA, C. B.; GOES, C. R. **Surdez: processos educativos e subjetividade.** São Paulo: Lovise, 2000.

LANE, H. **A máscara da benevolência: comunidade surda amordaçada.** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

LEITÃO, V. M. **Narrativas silenciosas de caminhos cruzados: história social de surdos no Ceará.** 2003. 225 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. 2003.

LIMA-SALLES, H. M. M. (Org.). **Bilinguismo dos surdos: questões linguísticas e educacionais.** Goiania: Cãnone Editorial, 2007.

LODI, A. C. B. Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 409-424, set./dez. 2005.

SÁNCHEZ, C. **La increíble y triste historia de la sordera.** Merida, Venezuela: CEPROSORD, 1990.

SILVA, V. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola Pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos surdos I.** Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 14-37.

SKLIAR, C. (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998. SKLIAR, C. **La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica.** Mendonça: EDIUNC, 1997.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 3. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença**

no campo da educação. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

Unidade Acadêmica Responsável:		Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes					
Componente Curricular: Introdução à Escrita de Sinais				Tipo:		Disciplina	
				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
2º		Não tem		Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
Não tem		Não tem		Não tem			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:		Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Aspectos históricos e culturais da escrita. Exploração e uso do sistema de escrita de língua de sinais: uso de softwares de SW. Compreensão dos códigos próprios da escrita de sinais. O alfabetismo na escrita da língua de sinais.							
OBJETIVO:							

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Introduzir o significado da escrita de sinais; ▪ Conscientizar sobre a importância da escrita de sinais para a educação bilíngue de surdos; ▪ Desenvolver o aprendizado na escrita da língua de sinais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
<p>CAGLIARI, L.C. Alfabetização e linguística. São Paulo. Editora Scipione, 2002.</p> <p>WANDERLEY, D. C. A leitura e escrita de sinais de forma processual e lúdica. Curitiba: Editora Prismas, 2015.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
<p>Referências bibliográficas:</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; DUARTE, W. R. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. V. II: sinais de M a Z. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p> <p>GIORDANI, L. F. Quero escrever o que está escrito nas ruas: representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Disponível em: https://www.letras.ufg.br/up/25/o/Mari%C3%A2ngela_-_Escrita_de_Sinais_I.pdf?1350521404</p> <p>HIGOUNET, C. História concisa da escrita, Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, Editorial, 2003.</p> <p>KARNOPP, L.; QUADROS, R. M. Educação infantil para surdos. In: ROMAN, E. D.; STEYER, V.E. (Orgs.) A criação de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas: Editora ULBRA. 2001.</p>

<p>NOBRE, R. S. Processo de grafia da língua de sinais: uma análise fono-morfológica da escrita em SignWriting. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130863/328530.pdf?sequence=1</p> <p>QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1997.</p> <p>SUTTON, V. SignWriting: manual. [online].1996. Disponível em: www.signwrtng.org</p> <p>WANDERLEY, D. C. Aspectos da leitura e escrita de sinais: estudos de caso com alunos surdos da educação básica e de universitários surdos e ouvintes. Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100775/308896.pdf?sequence=1</p>

Unidade Acadêmica Responsável:		Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes	
Componente Curricular:		Tipo:	Disciplina
Políticas Bilíngues de Surdos		Caráter:	Obrigatória
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:	
2º	Não tem	Semestral/Modular	
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:	
Não tem	Não tem	Não tem	
CARGA HORÁRIA			

Nº Créditos:		Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:		Extensão:	
EMENTA:									
Conceitos de política linguística. Políticas Linguísticas e Subjetividades. Políticas Linguísticas e Ensino de Línguas. Concepção de Política Linguística para a Educação Bilíngue de Surdos.									
OBJETIVO:									
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Caracterizar as políticas bilíngues de surdos; ▪ Conhecer os pressupostos ideológicos, linguísticos e pedagógicos do bilinguismo de surdos; ▪ Refletir sobre as ações políticas que envolvem línguas. 									
REFERÊNCIAS BÁSICAS:									
<p>BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico. São Paulo, Parábola Editorial, 56ª Ed. 2015.</p> <p>BRASIL. Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.</p> <p>BRASIL. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília, DF, MEC/SECADI, 2014.</p>									
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:									

BAGNO, Marcos. **Política linguística do Estado brasileiro na Contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CALVET, J-T. **As políticas linguísticas**. Parábola Editorial, São Paulo: IPOL.2007

FERNANDES, E. **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FERNANDES, S.; MOREIRA, C. L. **Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos**. Revista Educação Especial, v. 22, n. 34. maio/ago. 2009.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial, n. 2, p. 51-69, 2014.

MAHER, T. **Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil**. In: MARIANI, B. **Colonização Linguística**. Campinas: Pontes, 2004

NICOLAIDES, C. et al (orgs.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Pontes, 2013.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de (Org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: Novas Perspectivas em Política Linguística**. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

ORLANDI, E. P. (org). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

SILVA, V. Educação de surdos: uma releitura da primeira escola Pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Estudos surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 14-37.

SKLIAR, C. (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, C. **La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica**. Mendonça: EDIUNC, 1997.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

Unidade Acadêmica Responsável:				Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes				
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Aquisição da Linguagem				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:			Regime:			
1º		Não tem			Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:			Equivalência:			
Não tem		Não tem			Não tem			
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:		Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
Teorias de aquisição da linguagem. Estágios de desenvolvimento linguístico da criança surda. Cognição								

e linguagem. Universalidade e uniformidade na aquisição da linguagem. O papel da experiência na aquisição. Aquisição da linguagem em língua de sinais comparada às línguas orais. Estudo da aquisição da língua de sinais em diferentes contextos de aquisição: a língua de sinais como língua materna, a língua de sinais como primeira língua e a língua de sinais como segunda língua.

OBJETIVO:

- Compreender as teorias linguísticas que abordam a aquisição da linguagem;
- Apresentar os principais aspectos teóricos da aquisição da linguagem em L1 e L2;
- Discutir sobre os estudos das línguas de sinais relacionados com a linguagem e a cognição;
- Identificar o desenvolvimento linguístico de crianças surdas;
- Identificar os estágios de aquisição da linguagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 2001.
 QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
 SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CHOMSKY, N. **Pensamento e linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.
 FERNANDES, E. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: AEIR, 1993.
 KARNOPP, L. **Aquisição fonológica na língua brasileira de sinais: estudo longitudinal de uma criança surda**. Tese de Doutorado, PUCRS, 1999. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/download/.../9928
 KARNOPP, L. **Aquisição fonológica na língua brasileira de sinais: estudo longitudinal de uma criança surda**. Tese de Doutorado, PUCRS, 1999. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/download/.../9928
 KOCH, I. V. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.
 LEMOS, C. **Língua e discurso na teorização sobre aquisição de linguagem**. Letras de hoje, n. 12, 1995.
 QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Estudos Linguísticos: Língua de Sinais Brasileira**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 QUADROS, R. M.; FINGER, I. **Teorias de aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
 VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4ª Ed. Martins Fontes, 2008.

Unidade Acadêmica Responsável:		Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes	
Componente Curricular:		Tipo:	Disciplina
Língua Portuguesa como segunda língua para surdos		Caráter:	Obrigatória
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:	
2º	Não tem	Semestral/Modular	
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:	
Não tem	Não tem	Não tem	

CARGA HORÁRIA

Nº Créditos:		Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:		Extensão:	
EMENTA:									
Introdução aos estudos léxico-gramaticais da língua portuguesa na perspectiva de segunda língua. Estudo das principais teorias de aquisição de segunda língua e suas implicações para o professor de Libras.									
OBJETIVO:									
<ul style="list-style-type: none">▪ Conhecer as teorias, modelos e hipóteses que explicam e descrevem o processo de aquisição de segunda língua;▪ Compreender as singularidades linguístico-culturais das pessoas surdas em seu processo de leitura e escrita.									
REFERÊNCIAS BÁSICAS:									
QUADROS, R. M. Idéias para ensinar português para alunos surdos . Brasília: MEC, 2006. SVARTHOLM, K. Aquisição de segunda língua por surdos . Revista Espaço. n. 9, p. 38-45, 1998.									
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:									
Referências bibliográficas:									
CUNHA, M. C. (Org.). Leitura, escrita e surdez . 2ª Ed. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, FDE, 2009. Disponível em: http://cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/leituraescritaesurdez.pdf .									
GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista . 6. ed. São Paulo: Plexus, 2002.									
KATO, M.A. O aprendizado da leitura . 4ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.									
KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática . 6. ed. Campinas: Pontes, 1998.									
KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto . 3ª Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.									
LODI, A. C. B. Leitura em segunda língua: um estudo com surdos adultos. In: BERBERIAN, A. P.; ANGELIS, C. C. M.; MASSI, G. (Orgs.). Letramento: referências em saúde e educação . São Paulo: Plexus, 2006, p. 244-273.									
LODI, A.C.B. Leitura em segunda língua: um estudo com surdos adultos. In: BERBERIAN, A.P.; ANGELIS, C.C. M. de; MASSI, G. (orgs). Letramento: referências em saúde e educação . São Paulo: Plexus, 2006, p. 244-273.									
QUADROS, R. M. Idéias para ensinar português para alunos surdos . Brasília: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port_surdos.pdf .									
QUADROS, R. M.; FINGER, I. Teorias de aquisição da linguagem . Florianópolis: UFSC, 2008.									
SALLES, H. M. M. L. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica . Brasília, DF: MEC, 2004.									
SCARPA, E. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. Introdução à linguística:									

domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. 2v. p. 203-232.

STEPHANY, U. **Tópicos psicolinguísticos e sociolinguísticos na aquisição e ensino de línguas estrangeiras.** Revista de Letras, Fortaleza-CE, v.18, n.1 , p. 14-20, jan./jun.1996. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3215/1/1996_Art_UKJStephany.pdf

Unidade Acadêmica Responsável:		Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Currículo, Didática e Pedagogia Surda				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
2º		Não tem		Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
Não tem		Não tem		Não tem			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:		Total:	32h	Teórica:	32h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Currículo e educação de surdos. Pedagogia surda como pressuposto didático-pedagógico. Pedagogia visual. Pedagogia Bilíngue. Trabalho pedagógico surdo. O papel do professor surdo no processo de aquisição de linguagem da criança surda e nos processos didáticos. Língua de sinais, identidade e cultura surdas.							

OBJETIVO:

- Discutir o currículo e a didática na educação de surdos
- Compreender a pedagogia surda como uma organização político-educacional, discutindo sua relação com a constituição das identidades surdas e dos movimentos culturais;
- Pensar a pedagogia visual e a pedagogia surda como possibilidades didáticas na perspectiva bilíngue.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo**: questões atuais. Campinas: Papyrus, 1997.
ROMÁRIO, L. **Pedagogia surda**: cultura, diferença e construção de identidades. Curitiba: CRV, 2018.
SILVEIRA, C. H. O currículo de língua de sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro, Editora Arara Azul, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALBRES, N. A. **Ensino de Libras**: aspectos históricos e sociais para a formação didática de professores. Curitiba: Editora Appris, 2016.
CAMPELLO, A. R. S. Pedagogia visual/sinal na educação dos surdos In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 100-131.
CANDAU, V. M. (Org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.
CANDAU, V. M. (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CORAZZA, S. M. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: DORZIAT, A. Sugestões docentes para melhoras o ensino de surdos. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, Campinas, v. 1, n. 108, p. 183-198, 1999.

FALCÃO, L. A. B. **Surdez, cognição visual e Libras**: estabelecendo novos diálogos. Recife: Ed. do Autor, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESSER, A. **Um olho no professor surdo e outro na caneta**: ouvintes aprendendo a língua de sinais. 2006. 222 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada), Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MIRANDA, W. O. **A experiência e a pedagogia que nós surdos queremos**. 2007. 147 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

PERLIN, G. Surdos: cultura e pedagogia. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Org.). **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

REIS, F. Professores Surdos: identificação ou modelo? In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Rio de Janeiro, Editora Arara Azul, 2007.

ROMÁRIO, L.; DORZIAT, A. Considerações sobre a pedagogia visual e sua importância para a educação de pessoas surdas. **Revista Cocar**, v. 10, p. 52-72, 2016.

SACRISTÁN, J. G.; GOMES, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, L. R. O trabalho pedagógico surdo na escola regular. 2020. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

THOMA, A. S.; LOPES, M. C. **A invenção da surdez: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. Santa Cruz Do Sul: EDUNISC, 2006.

Unidade Acadêmica Responsável:		Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Artes					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Trabalho de Conclusão de Curso				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
2º		Não tem		Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
Não tem		Não tem		Não tem			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:		Total:		32h		Teórica:	
				32h		Prática:	
						Extensão:	
EMENTA: Entrega do trabalho de conclusão de curso. Apresentação oral/sinalizada e escrita do trabalho de conclusão de curso.							

OBJETIVO:

Apresentar um resumo expandido, resenha crítica ou relato de experiência em Língua Portuguesa ou Libras a partir dos fundamentos adquiridos na especialização.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

COSTA, M. V. (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANDRE, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papyrus, 1995. BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília. Liber Livro Editora, 2007.

BICUDO, M. E.; SPOSITO, V. Pesquisa qualitativa em educação. Piracicaba: UNIMEP, 1994. CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 18ª Ed. Campinas: Papyrus, 2007.

DEMO, P. Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos. 2. Ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

DENZIN; N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GATTI, B. A Construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2002. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAVILLE, C.; DIONNE, J.; SIMAN, L. M. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

MEYER, D. E. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MOTTA ROTH, D.; HENDGES, G. R. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.
ORLANDI, E. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 4ª Ed. Campinas, SP: pontes, 2002.
SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 24 Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: a observação. Brasília: Liber livro, 2007.

WITTER, G. P. Textos complementares à metodologia científica. Informação & Informação. [S.l.]. v. 4, n. 1, p. 59-61, jul. 1999.

10. ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICA

O Curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos EaD possui envolvimento dos seguintes atores:

- **estudante** matriculado no curso;
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes

em sua caminhada; e

- **equipe de apoio técnico**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística do curso, inclusive com captura de imagem e edição de vídeo (profissional técnico audiovisual);
- **equipe de apoio técnico de tradução e interpretação de Libras-Português**, sendo uma equipe composta de dois tradutores surdos e dois ouvintes.

10.1. Educação a Distância

A Educação a Distância, assim como expresso no art. 1º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, é compreendida como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis e que desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Por ensino a distância neste curso compreende-se o sistema educativo em que os envolvidos estão separados fisicamente e/ou temporalmente, de forma que o processo de

ensino, as informações e os esclarecimentos se dão por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs).

O curso de Educação Bilíngue de Surdos visa a oferta de uma formação com base no Bilinguismo (Língua Brasileira de Sinais-Língua Portuguesa). Deste modo serão abordados os temas que são exigidos pelas normas para que a oferta em EaD ocorra de forma adequada: I. Metodologia; II - Atividades de tutoria; III- Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA; e IV - Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, dentre outros aspectos. São pressupostos básicos a que o PPC deve atender, a partir da política institucional para a modalidade a distância que deve estar articulada com o PDI, visando contemplar o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto, observando a formação pretendida para os discentes e considerando as condições reais da localidade de oferta.

O curso de Educação Bilíngue de Surdos da UFCA ofertará o componente curricular (disciplina obrigatória), Introdução à Educação a Distância. Esta disciplina é ofertada no primeiro módulo e é essencial ao curso, uma vez que o discente, para um bom desenvolvimento da sua formação na modalidade EaD, necessita contar com os domínios básicos do ambiente virtual de aprendizagem em que ocorrerá a oferta e noções de EaD.

10.2. Tecnologias da Informação e Comunicação

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino aprendizagem no curso buscam garantir a acessibilidade digital e comunicacional dos envolvidos no processo, promover a interatividade entre docentes, discentes e tutores, assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

O mecanismo de interação é fator fundamental e é composto pelo conjunto de estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e os respectivos procedimentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem. As TIC's utilizadas

representam recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas.

O curso buscará subsídios ao fortalecimento das TICs utilizadas, junto aos organismos e normas que tratam sobre a infraestrutura, administração e utilização de plataforma para desenvolvimento das atividades de ensino a distância no âmbito da UFCA.

10.3. Equipe multidisciplinar

A equipe de recursos humanos multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente (professores formadores), tutores e demais integrantes da estrutura da UFCA e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

Vale ressaltar que a especificidade do curso de Educação Bilíngue de Surdos, um curso bilíngue de e para surdos, demanda profissionais tradutores e intérpretes de Libras-Português e técnico de áudio visual, compondo a equipe multidisciplinar, sendo necessário contratar um grupo de profissionais (dois tradutores surdos e dois intérpretes ouvintes, de Libras/português e um técnico de áudio visual); uma vez que a universidade não dispõe de um quadro efetivo desses profissionais que consiga cumprir mais essas atividades da especialização.

A equipe de docentes será composta por servidores efetivos da UFCA ou professores externos, selecionados, ou por meio de editais específicos, tendo em vista atender a integralidade das atividades previstas no curso.

Tutores serão selecionados via editais públicos.

A equipe multidisciplinar poderá ser composta dos seguintes atores, sendo do próprio curso, comuns ao CEAD/UFCA ou, devido à especificidade do curso; contratados

- Assistente Administrativo (TAE)
- Analista de Sistemas
- Diagramador
- Design Instrucional

- Web Design
- Suporte de Rede
- Docentes que atuam na Gestão e desenvolvimento do Curso;
- Bibliotecário ou auxiliar de biblioteca
- Ainda: Pessoal de segurança; de manutenção e limpeza;
- tradutores surdos de Libras/português;
- Intérpretes ouvintes, de Libras/português;
- Técnico de audiovisual

10.4. Programa de capacitação e atualização da equipe multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos no curso ocorrerá com a realização dos seguintes cursos e que integrarão o Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar do Curso de Educação Bilíngue de Surdos da UFCA.

- I. Curso – Plataforma Moodle (ava.ufca.edu.br): Obrigatório para todos os envolvidos no curso: CEAD/PROGEP;
- II. Produção dos Materiais – (Para professores conteudistas, formadores e professores curadores): CEAD/PROGEP;
- III. Formação de Tutores: CEAD/PROGEP;
- IV. Formação em Gestão de Educação a Distância. Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais do Curso EAD. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso EGFIN: CEAD/PROGEP;
- V. Formação de pessoal Técnico/Administrativo. Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado: CEAD/PROGEP.

VI. Formação de pessoal tradutores e intérpretes de Libras-Português. Curso sobre as especificidades de atuação nas aulas EAD e de tradução de materiais em nível de pós-graduação.

A política prevista de capacitação e formação continuada para o corpo docente, dos tradutores e intérpretes de Libras-Português, dos técnicos-administrativos e tutores do curso possibilitará a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas regulamentadas.

10.5. Informação do Corpo Docente da licenciatura em Letras Libras, contendo nome, maior titulação e experiência na área

Docente	Titulação	E-mail
Ana Carmita Bezerra de Souza	Doutorado em Educação (UFC)	ana-carmita.souza@ufca.edu.br
Ana Kelly da Silva Fernandes	Especialização em Língua Brasileira de Sinais	kelly.silva@ufca.edu.br
Emanuel Bruno Carioca Silva	Mestre em Estudos da Linguagem, UFRN.	bruno.carioca@ufca.edu.br
Érika Teodósio do Nascimento	Mestrado em Estudos da Tradução (UFC)	erika.teodosio@ufca.edu.br
Gisele Pereira Gama Garcia	Doutora em Letras, Universidade Federal da Paraíba (PPGL/UFPB)	gisele.garcia@ufca.edu.br

João Batista Alves de Oliveira Filho	Mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba	joao.filho@ufca.edu.br
Miriam Royer	Mestrado Linguística (UFSC)	miriam.royer@ufca.edu.br

Roger Lineira Prestes	Mestrado em Estudos da Tradução (UFSC)	roger.prestes@ufca.edu.br
Rômulo de Lima Sousa	Mestrado em Estudos da Tradução pela Universidade Federal do Ceará	<u>romulo.lima@ufca.edu.br</u>
Sueli Fioramonte Trevisan	Mestrado em Educação Especial, UFSCar	<u>sueli.trevisan@ufca.edu.br</u>
Vinicius Rodrigues da Silva	Mestrado em	<u>vinicius.rodrigues@ufca.edu.br</u>

A seleção será realizada com base em edital a ser publicado. Assim, além do quadro efetivo, o Curso de Educação Bilíngue de Surdos contará com a colaboração de outros docentes que também participarão do processo seletivo regido por edital. A titulação do corpo docente não corresponde ao Art. 2º da RESOLUÇÃO CÂMARA ACADÊMICA CONSUNI N.º 17, DE 16 DE AGOSTO DE 2022, em virtude da especificidade da área e haver poucos profissionais com doutorado.

11. INFRAESTRUTURA E PROCESSO DE GESTÃO ACADÊMICO ADMINISTRATIVA

O curso utilizará as instalações físicas da sede e dos polos de apoio presencial. A sede e cada polo de apoio presencial deverão atender às exigências da UAB, inclusive com relação à infraestrutura de tecnologias, internet, bibliotecas, sala com

computadores e acessibilidade.

11.1. Rede comunicacional

O curso estabelece uma rede comunicacional que possibilita a ligação do Curso/Polo com a UFCA e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- manutenção dos Núcleos Tecnológicos na UFCA (DTI) e no Polo (NT - Polo), que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- organização de apoio logístico de transporte de profissionais e materiais da UFCA ao Polo e deste para a UFCA; e a UFCA;
- Serviço de tradução e interpretação de Libras/português.

11.2 Produção de material didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico do curso.

O material didático do curso deverá ser disponibilizado aos discentes, elaborado ou validado pela equipe pedagógica, permitindo desenvolver a formação objetivada neste projeto, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica; sua acessibilidade comunicacional, metodológica e instrumental e a adequação das referências às exigências da formação, prevendo linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.

O sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto para o curso considerará o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que possibilitem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material

didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente. Os materiais necessitarão ser bilíngues, ou seja, em Libras e em português. Para tanto, reforçamos a necessidade de contratação de equipe de tradução e interpretação e audiovisual.

11.3 Sistema de Tutoria

A tutoria no Curso de Educação Bilíngue de Surdos EAD da UFCA como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático do curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e da avaliação de aprendizagem.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra; que dificuldades apresenta; se ele coloca-se em atitude de questionamento reconstrutivo; se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade; se reconstrói conhecimentos; se é capaz de relacionar teoria-prática; se consulta referências de apoio; se realiza as tarefas e exercícios propostos; como estuda; quando busca orientação; se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar; se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pelo CEAD antes do início do curso e ao longo do curso.

Como os recursos para interlocução poderão ser utilizados:

Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

- Videoaulas;
- Telefone;
- E-mail;
- *Meets* online; e
- Redes Sociais autorizadas.

11.3 Encontros presenciais

O Curso de Educação Bilíngue de Surdos terá 100% (cem por cento) da sua carga horária básica desenvolvida a distância.

11.4 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

As atividades de interação entre professor e aluno mediadas por tecnologias serão realizadas durante o desenvolvimento/oferta dos componentes curriculares do curso. A interação professor/aluno acontecerá no ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVA) institucional suportado pela plataforma Moodle, com realização de atividades online tais como envios de tarefas,

fóruns de discussão, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, wikis, glossários, estudos de caso, portfólios, entre outros. A utilização do Moodle para os ambientes virtuais de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares é obrigatória.

A integração do AVA com o SIGAA possibilitará a interação entre docentes, discentes e tutores e a gestão e registros acadêmicos diversos, de forma integrada, sem necessidade de implementações “extras” aos processos, possibilitando uma interface entre as duas plataformas.

Portanto, o curso deverá atentar para o fato de que a oferta de componentes curriculares junto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem deverá apresentar materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitam desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes; a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional.

Ao final de cada oferta, a equipe envolvida deverá avaliar essa oferta, documentar e intervir, de forma que resulte em ações de melhoria contínua. Para iniciar a oferta de cada componente curricular do curso, a equipe docente e de tutores e após definir toda a fase de planejamento da oferta no AVA, solicitará a abertura da sala virtual junto ao CEAD.

O planejamento tem início com a adequação do Plano de Ensino do componente à modalidade. O Sistema Oficial de Registro continua sendo o SIGAA. Nesse ponto os resultados avaliativos dos estudantes e da turma devem estar compatibilizados nos dois sistemas: SIGAA e AVA.

Compete à equipe tecnológica do CEAD o apoio técnico no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional MOODLE, em parceria com a DTI-UFCA.

No planejamento e posterior criação da sala virtual do componente curricular do curso será observado um importante instrumento: o Plano de Ensino do componente. O CEAD emitirá orientações específicas para que o docente do curso utilize tais instrumentais. Outro componente essencial é a métrica a ser utilizada na composição de cargas horárias na EaD. Sugere-se a leitura: <https://pergamum.ifbaiano.edu.br/pergamumweb/vinculos/00003c/00003c0a.pdf>.

Acesso em 27/08/2024.

12.1 Avaliação Institucional

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático- pedagógica, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais.

A avaliação institucional do curso tem como principal objetivo garantir a qualidade deste. Deverá ser realizada regularmente. Trata-se de uma avaliação voltada para o processo de manutenção deste curso e possibilitar a geração de novos. Nessa avaliação, serão considerados:

- ✓ Integralização curricular, enfatizando a interdisciplinaridade e a integração entre as disciplinas;
- ✓ Integração entre teoria e prática nas disciplinas;
- ✓ Correspondência do currículo às habilidades e ao perfil profissional;
- ✓ Atividades complementares: grau de detalhamento e distribuição da carga horária;
- ✓ Área de concentração/especialização;
- ✓ Interação das atividades de ensino com a pesquisa e a extensão;
- ✓ Oferta de disciplinas além do conteúdo mínimo;
- ✓ Cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos;
- ✓ Atualização dos programas;
- ✓ Integração com a pós-graduação, quando houver;
- ✓ Grau de atendimento do projeto pedagógico do curso às condições e às perspectivas do mercado de trabalho regional e às demandas gerais da sociedade.

12.2 Avaliação dos subsistemas da EAD

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenadores do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores-tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados: Instrumentais elaborados e aprovados pelo colegiado do curso e aplicados anualmente.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

12.3 Avaliação da Aprendizagem

Considerando a pluralidade metodológica e a natureza multiestruturada do processo de ensino e aprendizagem, a aferição de conhecimentos fará uso de instrumentos que oportunizem a

manifestação de competências e habilidades variadas. Considera-se que a avaliação deve fornecer diagnóstico não só sobre o resultado, mas também sobre o próprio processo, munindo o professor e o aluno de informações que instiguem o constante questionamento, a análise crítica e a aplicação de ações de redirecionamento e aperfeiçoamento. Assim, entende-se a avaliação como parte do processo formativo e não como um fim em si mesmo.

O curso de Especialização em Educação Bilíngue de Surdos caracteriza-se por um ensino bilíngue no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a presença da Libras e da Língua Portuguesa como primeira e segunda línguas, respectivamente, para discentes surdos, prioritariamente.

A avaliação do desempenho acadêmico do discente compreenderá o desempenho nos componentes curriculares.

A avaliação dos componentes curriculares será realizada mediante verificações de aprendizagens, as quais receberão nota com valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez), classificadas em duas notas (AV1 e AV2). O resultado mínimo para aprovação em um componente curricular é 7,0 (sete). Ao final de cada componente curricular, será feito um registro final do desempenho do aluno no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Os resultados das avaliações serão publicados até 30 (trinta) dias após sua realização.

O diploma de Especialista em Educação Bilíngue de Surdos será concedido ao aluno que tiver aprovação em todos os componentes curriculares.

12.1 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é requisito obrigatório para obtenção do certificado de especialista. Será realizado/apresentado ao final do curso e totaliza 32 horas de carga horária. Constitui-se o TCC na elaboração de um trabalho de conclusão de curso: resumo

expandido, resenha crítica ou relato de experiência em Língua Brasileira de Sinais ou Língua Portuguesa.

O Trabalho de Conclusão de Curso pode ser desenvolvido em equipe de 2 (dois) a 3 (três) estudantes. O Coordenador do curso convocará os estudantes para fornecer informações sobre o regulamento do TCC, esclarecer dúvidas e recolher os temas e distribuir com os prováveis orientadores.

O TCC é uma atividade curricular obrigatória que considera no seu desenvolvimento a sua carga horária, as formas de apresentação pelos discentes, a orientação e coordenação adequadas a este componente, a divulgação no AVA e outros meios, utilizando-se manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC's produzidos pelos discentes em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet. O trabalho de conclusão de curso também poderá ser orientado por meio da plataforma institucional AVA.

13. PROCESSO DE COMUNICAÇÃO-INTERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizam o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas síncrona e assíncrona. Assim, as ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão: e-mail, *chat do google*, *webconferência*, *google meet*, vídeo chamadas, etc.). Como processos de comunicação diacrônicos ou assíncronas serão utilizados: fóruns, e-mails, videoaulas gravadas, atividades a serem postadas, etc. Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e/ou diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal e o que se

espera dele naquela atividade.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do Curso de Educação Bilíngue de Surdos pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor-formador.

14. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Congresso Nacional - CN, Brasília [1988]. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>

BRASIL. **Decreto nº 86.036, de 27 de maio de 1981**. Regulamenta a Lei nº 6.606, de 07 de dezembro de 1978, que obriga as emissoras de televisão a incluir, nas suas

programações semanais de filmes estrangeiros, um filme, pelo menos, com legenda em português. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [1981]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86036-27-maio-1981-435385-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. **Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998.** Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2592.htm).

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm#:~:text=D4281&text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%2025,que%20lhe%20confere%20o%20art.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2004].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm#:~:text=Regulamenta%20as%20Leis%20nos,mobilidade%20reduzida%2C%20e%20d%C3%A1%20outras

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da

Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2005]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm

BRASIL. **Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2009] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2011]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2017]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2017]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm

BRASIL. **Lei nº 8.160, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [1991]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8160.htm

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 23 de março de 1994.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [1994] Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2000]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

BRASIL. **Lei no 10.845, de 5 março de 2004.** Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm.

BRASIL. **Lei Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm#:~:text=desempenho%20do%20estudante.-,Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.

BRASIL. **Lei nº 11.796, de 29 outubro de 2008.** Institui o Dia Nacional dos Surdos. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm.

BRASIL. **Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

BRASIL. **Lei nº 12.826 de 05 de junho de 2013.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12826.htm

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2014]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o programa de combate à intimidação sistemática (Bullying); Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm

BRASIL. **Lei Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da Presidência da República, Brasília [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Diário Oficial da União, Brasília [2021]. Disponível em:

BRASIL. **Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Ministro de Estado da Educação, [1999]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf.

BRASIL. **O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e Língua Portuguesa.** Ronice M. Quadros (org), Brasília: Ministério de Educação, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>

BRASIL. **Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o sistema e-MEC. Diário Oficial da União, Brasília [2017] Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1284644/do1-2017-12-22-portaria-n-21-de-21-de-dezembro-de-2017-1284640-1284640

BRASIL. **Portaria normativa MEC 20/2010, de 08 de outubro de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - Prolibras. Diário Oficial da União, Ministro de Estado da Educação, Brasília [2010]. Disponível em:

BRASIL. **Parecer CNE/CP 27, de outubro de 2001.** Dá nova redação ao item 3.6, alínea c do parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Formação de Professores da educação Básica de nível Superior, curso de graduação, licenciatura plena. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília [2001]. Seção 1, p.31.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002.** Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da educação básica de nível superior, curso de licenciatura de graduação. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as DCNs para a Educação Ambiental. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CP N º 2, de 20 de dezembro de 2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL, Senado. **Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - em todas as etapas e modalidades da educação básica. Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, Brasília [2004]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/68334>.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Câmara de Educação Básica, Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, pp.39 e 40.

COUTINHO, Eduardo E. e CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

ECO, Humberto. **Obra aberta**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

EPSTEIN, Isaac. **O signo**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

GANDIN, Danilo. **Planejamento na sala de aula**. Porto Alegre: La Salle, 1995.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino**: exercícios de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de letras – ALB, 1996.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**: leitura & produção. Cascavel: Assoeste, 1984.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ILLARI, Rodolfo. **Introdução à semântica. Brincando com a gramática**. São Paulo: Contexto, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal de IBGE**. 2010 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

JOBIM, José Luís (org.) **Palavras da crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

LIMA, Luis Costa. **Sociedade e Discurso Ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara ed, 1986.

LOBO, Luiza. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

MEC. **Parecer CNE nº 776/97, de 03 de dezembro de 1997**. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Câmara de Educação Superior, Brasília, 1997.

MEC. **Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Câmara de Educação Superior, Brasília, 2001.

MEC. **Parecer CNE nº 583, de 04 de abril de 2001**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Câmara de Educação Superior, Brasília, 2001.

MEC. **Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005**. Esclarece a natureza das atividades práticas que podem ser computadas para cumprir a carga horária da Prática como Componente Curricular. Câmara de Educação Superior, Brasília, 2005.

MEC. **Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015.** Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Câmara de Educação Superior, Brasília, 2015.

MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino:** As abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

NÓVOA, Antonio. **Formação de professores e profissão docente.** In: NÓVOA, A. (Org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLMI, Alba. **Memórias e Memórias:** Dimensões e perspectivas da literatura memorialista. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PRETI, Dino (org.). **Fala escrita em questão.** São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001.

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004

REILY, L. **Escola Inclusiva: Linguagem e Mediação.** Campinas/SP. Papyrus, 2004

RICHARDS, I. A. **A prática da crítica literária.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SILVA, Rosa Mattos e. **Tradição Gramatical e Gramática Tradicional.** São Paulo: Contexto, 1989.

UFCA. **Resolução nº 17/2014-CONSUP, de 06 de junho de 2014.** Conselho Superior Pro Tempore da Universidade Federal do Cariri, que dá nova redação ao §1º do art. Resolução n.º 11/2014-CONSUP, de 23 de abril de 2014, que dispõe sobre a criação da unidade acadêmica denominada Instituto Interdisciplinar de Sociedade Cultura e Arte. Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2014.

UFCA. **Resolução nº 11/2014-CONSUP, de 23 de abril de 2014.** Conselho Superior Pro Tempore da Universidade Federal do Cariri, que cria a unidade acadêmica denominada

Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte e dá outras providências. Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2014.

UFCA. **Resolução nº 4, de 30 de maio de 2016.** Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro. Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2016.

UFCA. **Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016.** Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2016.

UFCA. **Resolução N.º 48/CONSUP, DE 26 de setembro de 2016.** Aprova o Projeto Pedagógico e cria o Curso de Licenciatura Plena em Letras: Língua Brasileira de Sinais (Libras). Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2016.

UFCA. **Resolução N° 50/CONSUP, de 30 de outubro de 2018.** Estabelece, ad referendum, do Conselho Superior Pro tempore, ação afirmativa própria, para proporcionar a inclusão de pessoas surdas no Curso de Licenciatura Plena em Letras: Língua Brasileira de Sinais (Libras). Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2018.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins, Fontes, 2001.

WALTY, Ivete e PAULINO, Graça (org.). **Teoria da literatura na escola.** Belo Horizonte: UFMG, 1992.

WELLEK, René e WARREN, Austin. **Teoria da Literatura.** 4 ed. São Paulo: Publicações Europa-América, 1948.

15. ANEXOS

**PPC EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS
ANEXO I
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO CURSO - 2025**

ATIVIDADES / SUBATIVIDADES		PERÍODO DE EXECUÇÃO	
		Início	Término
Planejamento e organização do curso	Tramitação e aprovação do projeto do curso	Out2024	Nov2024
	Definição da Equipe Pedagógica e Administrativa	Dez2024	Jan2025
	Organização didático-pedagógica	Dez2024	Jan2025
	Publicação de edital	Dez2024	Dez2025
	Processo seletivo	Jan2025	Jan2025
	Período de matrículas no curso	Jan2025	Jan2025
Desenvolvimento do curso	Início do curso	Jan2025	Fev2025
	Aulas	Jan2025	Jul2026
	Avaliação dos cursistas	Jul2025	Jul2026
	Avaliação interna de meio-termo	Jul2025	Jul2026
	Webconferência I	NSA	NSA
	Webconferência II	NSA	NSA
Finalização do curso	Término do curso	Set2026	Set2026
	Avaliação interna final	Set2026	Out2026
	Elaboração e envio do relatório final para a PRPI e CEAD	Out2026	Nov2026
	Emissão dos certificados	Dez2026	Dez2026

**PPC EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS
ANEXO IV**

INDICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE POLOS E SUAS LOCALIZAÇÕES

OS MUNICÍPIOS ESTARÃO DISTRIBUÍDOS NOS SEGUINTE POLOS:

Polos	Endereços	Vagas
Crato		30
Brejo Santo		30
Icó		30
Maracanaú		30
Mauriti		30
Total de Vagas:		150

PPC elaborado com base no Modelo Sugestivo produzido pelo CEAD-UFCA.